

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA RIO GRANDE
DO SUL - CAMPUS FELIZ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**GESTÃO ESCOLAR E A INDISCIPLINA: UMA ANÁLISE DA REDE PÚBLICA
ESTADUAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ -RS**

VANESSA RADKE PADILHA

Feliz, dezembro de 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA RIO GRANDE
DO SUL - CAMPUS FELIZ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

VANESSA RADKE PADILHA

**GESTÃO ESCOLAR E A INDISCIPLINA: UMA ANÁLISE DA REDE PÚBLICA
ESTADUAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - RS**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do sul – Campus Feliz, como parte das exigências para conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar.

Professor Orientador: Prof. Dr. Rogério Foschiera

Feliz, dezembro de 2016.

VANESSA RADKE PADILHA

**GESTÃO ESCOLAR E A INDISCIPLINA: UMA ANÁLISE DA REDE PÚBLICA
ESTADUAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do sul – Campus Feliz, como parte das exigências para conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Orientador – Prof. Dr. Rogério Foschiera (IFRS – Campus Feliz)

Prof.^a Ms. Andréia Veridiana Antich

Prof. Ms. Matheus Milani

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por minha vida, família e amigos. Ao meu esposo Sidnei, pela paciência nos momentos de ausência e minha mãe Isolde por ter me apoiado nos estudos durante toda minha vida. Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Feliz, pela oportunidade de poder realizar este curso. Às escolas pesquisadas, pela cooperação que, sem a qual, este trabalho não seria possível. A todos os professores que fizeram parte desta caminhada em especial aos professores Andréia Veridiana Antich e Matheus Milani por participarem da banca e ao professor orientador Rogério Foschiera pela total paciência e dedicação na orientação desta monografia.

RESUMO

Os problemas de indisciplina na sala de aula é algo que se tem tornado frequente, segundo dados de uma pesquisa feita pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Neste sentido, este trabalho busca verificar como a Gestão Escolar procede nos momentos que a indisciplina ultrapassa os limites da sala de aula. A pesquisa foi realizada nas escolas da rede pública estadual de São Sebastião do Caí. Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho foram a pesquisa bibliográfica, as entrevistas realizadas com os gestores escolares e a análise documental. A partir dos dados coletados e da pesquisa bibliográfica, foram desenvolvidos capítulos relacionados com o tema presente neste trabalho como os casos de indisciplina mais frequentes, normas de convivência, relação professor/aluno em sala de aula, relação da indisciplina com o ambiente externo e relação da gestão escolar com os casos de indisciplina, sendo este último, uma análise das entrevistas para saber sobre a visão dos gestores sobre o aspecto cognitivo do tema. A partir destes dados coletados percebeu-se porque este problema com a indisciplina torna-se tão recorrente. As considerações finais apontam para uma retomada de tudo que foi visto e sugere um plano de ação para orientar os gestores escolares em suas decisões.

Palavras-chaves: Gestão escolar; indisciplina; relação professor/aluno; normas de convivência.

ABSTRACT

The problems of indiscipline in the classroom are something that has become frequent, according to a survey by the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). In this sense, this work seeks to verify how the School Management proceeds in the moments that the indiscipline goes beyond the limits of the classroom. The research was carried out in schools of the state public network of São Sebastião do Caí. The methodological procedures used in this work were bibliographic research, interviews with school managers and documentary analysis. Based on the collected data and the bibliographical research, chapters related to the theme present in this work were developed as to the most frequent indiscipline cases, norms of coexistence, teacher / student relationship in the classroom, relationship of indiscipline with the external environment and relation of school management with cases of indiscipline, the latter being an analysis of the interviews to know about the managers' view on the cognitive aspect of the theme. From these collected data it was noticed that this problem with indiscipline becomes so recurrent. The final considerations point to a resumption of everything that has been seen and suggests a plan of action to guide school managers in their decisions.

Keywords: School Management; indiscipline; teacher / student relationship; norms of coexistence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 JUSTIFICATIVA.....	10
1.2 OBJETIVOS.....	11
1.2.1 Objetivo geral	11
1.2.2 Objetivos específicos	11
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
1.4 ESTRUTURA DO DOCUMENTO.....	13
2 CASOS DE INDISCIPLINA MAIS FREQUENTES.....	15
3 NORMAS DE CONVIVÊNCIA DAS ESCOLAS	24
4 RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO EM SALA DE AULA.....	29
5 RELAÇÃO DA INDISCIPLINA ESCOLAR COM O AMBIENTE EXTERNO	34
6 RELAÇÃO ENTRE GESTÃO ESCOLAR E CASOS DE INDISCIPLINA	38
6.1 A VISÃO DA GESTÃO ESCOLAR SOBRE O TEMA INDISCIPLINA.....	40
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

A indisciplina em sala de aula da rede pública é algo que acontece em todas as escolas do país, sendo um problema que impede a qualidade do ensino. Segundo uma pesquisa feita pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), perde-se no Brasil 20% do tempo de aula com a indisciplina, o que é muito tempo desperdiçado. Para Freitas e Lopes (2011, p.02) “a indisciplina tornou-se um dos grandes desafios da educação atual, este tem se tornado alvo de preocupações de modo geral, desde a direção, pais e professores. A relação professor – aluno, uma das chaves para ocorrência da indisciplina, encontra-se cada vez mais difícil”.

Mas, esse tipo de problema pode acontecer devido à instituição não conseguir gerir adequadamente este tipo de situação por falta de experiência ou não exigir na prática aquilo que está colocado no seu regimento. “O aumento das manifestações de violência e indisciplina no interior das escolas pode significar, de certo modo, a incapacidade da organização de efetivar os objetivos disciplinadores, socializadores e educativos exigidos pela instituição”. (LEDO, 2009, p.30).

Para Chagas (2001 *apud* TEIXEIRA 2010), disciplina pode ser definida como um conjunto de regras a serem obedecidas para o sucesso do aprendizado escolar. É uma qualidade do relacionamento humano entre professor e aluno em sala de aula. Ou seja, a falha deste relacionamento entre educador e educando pode ocasionar o fato da indisciplina.

Segundo Teixeira (2010), disciplina consiste em adequar norma e regra dentro de um sistema de igualdade formal. Já a indisciplina refere-se à desobediência, desordem, rebeldia. O papel das escolas nesse sistema é colaborar com o processo de socialização, ou seja, de conviver melhor em sociedade, tendo o respeito necessário com os outros indivíduos, restringindo as atitudes dos alunos consideradas indisciplinadas.

Conforme Moreira (2012), o termo disciplina, além de fazer parte de um campo do conhecimento, também se refere à conduta, comportamento e obediência em sala de aula. No entanto, essa conotação pode expressar um entendimento restrito e tradicional desse termo.

De acordo com Estrela (1992, p. 17 *apud* MENDES, 2009, p.17), o termo pode significar “um ramo do conhecimento ou matéria de estudo” ou também referir-se a “punição; dor; instrumento de punição; direção moral; regra de conduta para fazer reinar a ordem em uma coletividade; obediência a esta regra”.

Rudy, Vogt e Oliveira (2014, p. 199 *apud* CARITA, 1997), afirmam que “a disciplina é a regra explícita de conduta, que constitui um quadro normativo claro e preciso, um instrumento precioso na regulação da vida social e, notadamente, de uma turma no ambiente escolar”.

Na perspectiva de Vasconcellos (2000):

A disciplina é pensada como algo a ser construído de forma consciente e interativa na escola. Numa visão dialécticolibertadora, o autor afirma que a disciplina se constrói da relação entre os sujeitos e com a realidade atingindo o autocontrole. Nessa relação existirá uma necessidade permanente de adaptações em função das diferentes culturas, das práticas sociais, dos valores, dentre outros, envolvidos no processo. (VASCONCELLOS, 2000 *apud* MENDES, 2009, p.18)

Já o termo indisciplina pode referir-se “ao procedimento, ato ou o contrário à disciplina; desobediência, desordem, rebelião. Sendo assim, indisciplinado é aquele que se põe contra a disciplina” (TEIXEIRA, 2010, p.12).

De acordo com Moreira (2012), o termo indisciplina é definido como uma desordem na relação pedagógica, da quebra de regras pré-estabelecidas no ambiente escolar. Geralmente estas regras pré-estabelecidas são definidas por um grupo, no qual também são determinadas normas e valores, assim como princípios de convivência e organização. O não cumprimento dessas regras nem sempre ocasiona a indisciplina, já que conforme a regra que foi quebrada talvez não agregue prejuízo comportamental ao ambiente envolvido.

Para um trabalho efetivo com indisciplina – conceito fundamental para o presente estudo – é necessário um domínio teórico para compreender melhor o que está implícito, nas manifestações da indisciplina, os seus vários sentidos; entre eles, a ideia de que a indisciplina pode denunciar as relações que marcam a prática escolar. Portanto, as causas devem ser destacadas e trabalhadas mais do que as consequências; uma vez que se fosse possível eliminar as causas, as consequências desapareceriam. Parece uma recomendação simples, mas não é, pois envolve todo um contexto escolar. (MENDES, 2009, p. 20)

O termo indisciplina parece um conceito fácil de definir, mas é algo que envolve todo um contexto de relacionamento entre professor e aluno ou aluno e gestão, que pode variar para cada caso.

Segundo Amado (2001 *apud* SANTOS, 2011), as regras em sala de aula podem ter dois objetivos: de um lado, procuram dar sentido às relações sociais, agindo como instrumentos de socialização; de outro, atuam como recurso de “gestão de aula”, regulando as interações, para que os objetivos propostos no ensino-aprendizagem sejam alcançados.

Já para Garcia (1999, p. 105 *apud* SANTOS, 2011, p. 53), trata-se de “superar a noção de indisciplina que a toma apenas como uma questão de comportamento. Se a

escola se preocupar somente em resolver ‘problemas de comportamento’ nunca chegará a ver a indisciplina resolvida”.

De acordo com Aquino (1996, p. 85-86 *apud* RUDY, VOGT, OLIVEIRA, 2014, p. 200), existem duas gêneses para a indisciplina: uma social, onde a indisciplina não reside na figura do aluno, mas na escola que não é capaz de administrar novas formas de existência social, personificadas nas transformações de perfil de seus alunos. Outra gênese é a psicológica, aonde os alunos vão para uma escola com uma carência psíquica gerada por uma relação familiar inconsistente, incapaz de realizar a contento sua parcela, no trabalho educacional das crianças e dos adolescentes.

Coforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não há nenhuma menção em relação a atos indisciplinares na escola. Segundo o Art. 53 “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Ou seja, a escola prepara o aluno para a cidadania, para educá-lo e ser um ser crítico e reflexivo. De acordo com o ECA, cabe a família ou responsável pela criança ou adolescente discipliná-lo. Mas talvez, não é o que tem sido revelado nas instituições escolares. Mesmo que a indisciplina não se caracterize como ato infracionário, é necessário que a escola busque junto com a família esta atribuição de responsabilidade que deve ter com a criança/adolescente. Caso ainda a família não consiga resolver este problema ou simplesmente não demonstra nenhum grau de cooperação, a escola pode pedir auxílio ao Conselho Escolar.

Embora o ato indisciplinar não seja crime constituinte na legislação, está inserido no regimento interno escolar e é entendido como aquele comportamento que compromete a convivência harmoniosa e organizada do ambiente escolar. Geralmente é cometido em sala de aula ou no momento do recreio e deve ser resolvido pelo professor e pelo diretor da entidade educacional. Em casos mais graves de indisciplina a função é desempenhada pelo Conselho Escolar ou Conselho disciplinar. Os atos de indisciplina devem ser resolvidos com advertência verbal ou escritos, suspensão, conversa com os pais e, em comum acordo, transferências de turma ou de turno. (TEIXEIRA, 2010, p.16)

Se a escola não possui um regimento escolar onde consta todas as regras ou normas de convivência, tais desvios ou atitudes que podem ser consideradas aos olhares do educador no presente momento como indisciplinares acabam por não ter sentido nenhum pois não há nenhuma formalidade para solucionar o fato de indisciplina praticado.

Já Moreira (2012) diz que a própria sala de aula constitui um conceito próprio de indisciplina, podendo-se deparar com situações imediatas, fazendo o professor pensar na indisciplina de forma isolada. A finalidade do professor em organizar a sala de aula deve

constituir em aumentar a cooperação e o envolvimento dos alunos e diminuir o comportamento deturpador.

Para Ratto (2007 *apud* TEIXEIRA 2010), tanto a disciplina quanto a indisciplina podem ser consideradas produtos sociais e escolares, não devendo ser consideradas boas ou ruins. Isso vai depender do contexto e lógica que estão inseridas. No mundo escolar, um pouco de disciplina sempre é favorável, restando definir “a dose adequada”.

Mas, é necessário que fiquem às claras as relações de hierarquia (não confundir neste ponto com autoritarismo), ou seja, “quem tem o poder de comandar a escola”. E a pessoa detentora deste “poder” é a equipe diretiva.

Para Paulo Freire (1996), a disciplina resulta do equilíbrio entre autoridade e liberdade, fazendo-se o respeito entre ambas, resultado dos limites que não podem ser transgredidos. Mas o excesso de poder pode gerar algo contrário. Algo mais libertador talvez possa ser a chave para se alcançar o objetivo da educação e o indivíduo se tornar mais sábio dentro de seus próprios propósitos. É sobre isso que trata Foucault:

Seria talvez preciso também renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode desenvolver-se fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses. Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa tornar-se sábio. (FOUCAULT, 1999, p. 31).

Ou seja, não é suficiente a gestão “ter o poder”, isto é, a autoridade sobre como as coisas devem ser encaminhadas na escola. É necessário ter a sabedoria para onde e quando usá-lo. Para Freitas e Lopes (2011), o desafio que a gestão encontra nesse tipo de situação é construir uma teoria que possa ajudar a resolver este tipo de problema, mostrando uma diversificação de estratégias. Precisa apontar uma perspectiva de superação centrada no diálogo sobre os problemas de âmbito escolar.

1.1 JUSTIFICATIVA

A indisciplina tem se tornado um problema frequente, ocupando tempo demais de um período de aula, decaindo a qualidade de ensino. O aluno deveria ter consciência sobre suas atitudes, pensando no que é melhor para o grupo, colaborando para um convívio harmônico no mesmo. Porém, o professor acaba por ter que interferir repetidamente sobre este(s) indivíduo(s), tornando uma situação estressante tanto para os alunos que não são indisciplinados, quanto para o docente que perde a paciência e a motivação de dar aula.

Para uma educação idealmente estruturada, a disciplina deveria ser resultado da livre escolha do aluno, não da autoridade do professor. Mas, o que vemos hoje em dia não corresponde aos ideais dos educadores, que seria um comportamento participativo e disciplinado nas atividades curriculares. Para haver organização e interesse nas práticas pedagógicas, o professor necessita de um espaço escolar calmo e controlado, onde o aluno respeite a presença do seu educador e participe das aulas com interesse e respeito, resultando assim em aulas agradáveis e atrativas. O clima de aula deve ser de tolerância, permitindo que os alunos sejam conscientes de suas atitudes e ajam em sintonia com seu professor e com seus colegas. (TEIXEIRA, 2010, p. 13).

Segundo Martins (2012), fazendo uma análise do ambiente escolar interno, alguns pontos fracos analisados foram a falta de diálogo nas tomadas de decisões e indisciplina e a falta de punição mais rígida para alunos indisciplinados. A falta de diálogo traz ao ambiente escolar insegurança, incerteza, elementos que não beneficiam em nada o processo pedagógico, desenvolvendo condições desfavoráveis na construção de aprendizagens que não tenham significado.

Desta forma pretende-se analisar e sugerir alternativas para lidar com este tipo de situação e contribuir com outras escolas que passam pelo mesmo tipo de situação, já que é um problema que vem crescendo gradativamente em diversas realidades da educação básica. Auxiliar gestores ou futuros gestores escolares, através da sugestão de plano de ação, que se sentem inseguros ou não sabem mais o que fazer para resolver/amenizar o problema de indisciplina na sua escola.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as relações entre gestão escolar e indisciplina, levando em consideração a relação professor/aluno e contexto social, tendo por base a rede pública estadual do município de São Sebastião do Caí.

1.2.2 Objetivos específicos

- Fazer um levantamento bibliográfico sobre as pesquisas relacionadas com gestão escolar e indisciplina.
- Verificar nas escolas da rede pública estadual do município de São Sebastião do Caí os dados sobre a indisciplina em sala de aula

- Fazer um levantamento nas escolas da rede pública estadual do município de São Sebastião do Caí, de 6º a 9º ano do Ensino Fundamental, sobre os casos de indisciplina, quais são os tipos de ocorrências e suas variações.
- Identificar como a Gestão Escolar procede nos casos de indisciplina
- Sugerir um plano de ação como alternativa para lidar com o problema de indisciplina em sala de aula.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem que irá abranger a pesquisa será a qualitativa, já que este método “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.31). A abordagem será num grupo restrito, englobando as sete escolas da rede pública estadual de ensino fundamental, séries finais, de um município específico, no caso, São Sebastião do Caí.

O método a ser utilizado será o exploratório que, segundo Gil (*apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009), é uma pesquisa que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, o que pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiência práticas com o problema pesquisado e também análise de exemplos que estimulem a compreensão. Serão feitas entrevistas com os gestores das escolas pesquisadas e análise de documentos, como os regimentos escolares e os registros dos atos de indisciplina. Será feito também uma pesquisa bibliográfica, verificando o que os autores dizem sobre este assunto.

Dentro das técnicas de pesquisa que serão utilizadas, estão a análise documental, entrevista narrativa com a gestão de cada escola pesquisada e a pesquisa bibliográfica. A entrevista narrativa é quando “as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia dos acontecimentos que constroem a vida individual e social” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p.91). Ou seja, pretende-se saber, através do relato da gestão, como e quais são os casos de indisciplina mais frequentes ocorridos no estabelecimento de ensino pesquisado, além também de saber sua opinião a respeito das possíveis influências que a relação professor/aluno, ambiente externo e relação da família sobre esses casos. Pretende-se saber também da gestão escolar o que ela pensa sobre a importância do tema relativo a este trabalho. Já “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados

está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174).

Dentro dos instrumentos de coleta de dados, serão utilizados a coleta documental, fazendo a análise dos registros dos atos de indisciplina que a escola mantém arquivado. Serão feitas entrevistas com a gestão de cada escola a ser pesquisada para saber qual o procedimento que adota para amenizar e/ou acabar com os problemas de indisciplina na escola. Foram escolhidos os gestores destas escolas pré-selecionadas para a realização das entrevistas devido ao fato de que eles são a última instância quando o professor não consegue mais ter o controle disciplinar do aluno e/ou turma. O gestor é a última pessoa a ser procurada e, geralmente, é a pessoa fundamental para dar um “ponto final” neste tipo de situação. Ou seja, talvez, a pessoa que também tem a possibilidade de contribuir nesse desafio.

Também será feita uma pesquisa bibliográfica “a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, publicadas por meios escritos ou eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (FONSECA, 2002, p. 32 *apud* GEHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37).

Por fim, será feita a análise de conteúdo de todo o material pesquisado, ou seja, a pesquisa bibliográfica sobre o que se diz a respeito do tema, as entrevistas e análise documental, para realizar as conclusões relacionadas aos objetivos deste trabalho.

1.4 ESTRUTURA DO DOCUMENTO

Este trabalho está dividido da seguinte forma: o Capítulo 2 descreve alguns dos casos mais comuns de indisciplina nas escolas pesquisadas; o Capítulo 3 apresenta as normas de convivência das escolas pesquisadas, isto é, as regras impostas para delimitar o que são casos indisciplinares e o que deve ser feito em relação à quebra dessas normas; o Capítulo 4 traz a relação professor/aluno em sala de aula, já que a maioria dos casos de indisciplina acontece dentro da sala de aula; o Capítulo 5 descreve a relação do aluno com o ambiente externo, procurando-se saber se este ambiente, de certa forma, pode contribuir com a indisciplina na escola; o Capítulo 6 diz respeito da relação entre gestor e indisciplina, procurando verificar se o modo de agir da gestão pode influenciar nos casos de indisciplina;

e por fim no Capítulo 7 são apresentadas as Considerações Finais a respeito deste trabalho, seguido das referências bibliográficas.

2 CASOS DE INDISCIPLINA MAIS FREQUENTES

A maioria das pesquisas que falam sobre indisciplina escolar está ligada ao relacionamento professor/aluno. Algumas outras, ao invés de focar na indisciplina, focam na disciplina. É o que se percebe na citação de Freitas e Lopes:

A disciplina vem a ser uma das principais preocupações temáticas dos educadores, é uma ordem consentida livremente e conveniente ao funcionamento regular das organizações sociais. Por isso a disciplina é importante na organização escolar tendo em vista suas finalidades educativas. É preciso reflexão e análise em torno da realidade e da finalidade da busca pela disciplina, e também formas de mediação, quais as melhores formas a serem seguidas. A disciplina se faz necessária não somente no âmbito escolar, mas, também, na vida dos educandos. A disciplina é importante para que o processo ensino- aprendizagem aconteça, pois é através dela que a pessoa se torna apta a controlar seus impulsos e afetos. (FREITAS; LOPES, 2011, p.03).

Alguns autores veem a indisciplina dentro de toda a entidade escolar, não só na visão da gestão, mas em algo que abrange toda a comunidade. Ou seja, uma gestão que não se ocupe ou não se preocupe com o assunto indisciplina pode acabar por denegrir a imagem da escola.

Se a instituição escolar possui uma vocação disciplinadora (socialização normativa), é através da organização escolar que, de fato, as normas disciplinadoras são elaboradas e postas em prática. Tanto é assim que, quando uma determinada unidade escolar não consegue, devido a vários motivos, a certa eficiência disciplinadora, ela pode ser taxada pela comunidade, pelos alunos e pelos agentes escolares, atentos a essa função institucional, de “desorganizada”. A escola ganha uma fama negativa no bairro, e tem sua procura por novas matrículas reduzida, assim como é grande também o número de transferências para outras escolas. Aqui, o disciplinar e o organizacional vêm antes, nas palavras dos autores citados, do pedagógico. É como se a eficiência pedagógica dependesse, necessariamente, de uma organização administrativa eficaz. (LEDO, 2009, p.36-37)

Já para Gonçalves e Ferreira (2014), a indisciplina pode ser um desencadeador de reprovações, tornando os indisciplinados fadados ao insucesso escolar e se tornarem justamente a causa da desordem. A escola, por sua vez, se preocupa em controlar a inquietude, para facilitar a compreensão dos conteúdos conforme planejado. O autor ainda diz que educar é tarefa da família e não atribuição da escola. Na concepção da gestão, de acordo com o autor, salas mais silenciosas são sinônimos de aprendizagem efetiva. O silêncio muitas vezes se faz necessário, mas um aluno quieto não é sinônimo de aluno que entendeu e aprendeu tudo em aula. Pode-se dizer que a escola deve impor regras para a boa convivência social, mas não deve oprimir seus alunos de suas ideias.

Para Freitas e Lopes (2011), a falta de valores é uma das causas que gera situações de indisciplina na escola. Por isso, é fundamental que a escola ajude seus alunos a desenvolverem seus valores, agindo de acordo com eles, fazendo com que adquiram autonomia. Logo, é importante que a resolução de situações reais sobre problemas e dilemas sejam inseridos no contexto escolar para que o aluno adquira progressivamente a tomada de consciência de suas próprias escolhas, conduzindo assim à autodisciplina.

Os casos de indisciplina geralmente são conflitos ocasionados dentro da sala de aula. Inicia-se este capítulo definindo conflito escolar.

Vamos descrever em poucas palavras o que seria um conflito escolar. O termo foi trazido das práticas jurídicas da mediação de conflitos em tribunais de pequenas causas. O chamado conflito escolar (mediado) pode ser desde uma questão disciplinar entre professor e aluno, ou entre a coordenação de uma escola e aluno. Pode ser problemas de comportamento de um aluno com outro aluno, ou com um grupo de alunos. (GUEDES, 2013, p. 13).

Os conflitos decorrentes deste capítulo parte do pressuposto do “aluno-problema”. O aluno problema, na definição de Aquino:

O aluno-problema é tomado, em geral, como aquele que padece de certos supostos "distúrbios psico/pedagógicos"; distúrbios estes que podem ser de natureza cognitiva (os tais "distúrbios de aprendizagem") ou de natureza comportamental, e nessa última categoria enquadra-se um grande conjunto de ações que chamamos usualmente de "indisciplinadas". Dessa forma, a indisciplina e o baixo aproveitamento dos alunos seriam como duas faces de uma mesma moeda, representando os dois grandes males da escola contemporânea, geradores do fracasso escolar, e os dois principais obstáculos para o trabalho docente. (AQUINO, 1998, p. 02)

Ou seja, este aluno indisciplinado ajuda a baixar o nível educacional, isto é, a educação torna-se de péssima qualidade, demotivando tanto o aluno disciplinado, disposto a aprender e colaborar com a sala de aula quanto o professor que se sente esgotado diante de tanta falta de comprometimento.

Diante desses “alunos-problema”, podemos citar alguns casos conforme cita Aquino (1998). Temos o “aluno desrespeitador” afirmando que o aluno de hoje é menos respeitador que o aluno da década de 70, por exemplo. O autor também afirma que não se pode mais fazer essa comparação da escola do passado com a escola atual, por diversos fatores: a escola era elitista, pois poucos tinham acesso a educação; exclusão, algo que já se encontrava na escola e perpetuou por anos; a reforma do ensino brasileiro ocorreu há mais de trinta anos e está totalmente desatualizada; as escolas eram ministradas por militares ou religiosos, com um regime educacional segregacionista. Logo, essa escola funcionava na base da ameaça e do castigo. Mas, atualmente, o respeito não pode vir mais desse tipo de concepção, conforme cita Aquino:

Hoje, o respeito ao professor não mais pode advir do medo da punição - assim como nos quartéis - mas da autoridade inerente ao papel do "profissional" docente. Trata-se, assim, de uma transformação histórica radical do lugar social das práticas escolares. Hoje, o professor não é mais um encarregado de distribuir e fazer cumprir ordens disciplinares, mas um profissional cujas tarefas nem sequer se aproximam dessa função disciplinadora, apassivadora, silenciadora, de antes. (AQUINO, 1998, p. 04).

Não cabe só ao professor disciplinar seus alunos; o professor precisa saber ensinar, formar um cidadão crítico, pensante e desenvolver seus valores. Há muito mais tarefas que o professor da atualidade precisa desempenhar do que apenas evitar que atos de indisciplina ocorram em sala de aula.

Aquino (1998) também cita como exemplo de aluno-problema o "aluno sem limites". Ele define este aluno como não tendo limites, não reconhecendo a autoridade, não respeitando as regras e a responsabilidade por isso é dos pais, que teriam se tornado muito permissivos.

Uma última constatação feita pelo autor seria o "aluno desinteressado". A definição para este tipo de aluno seria "a sala de aula não é tão atrativa quanto os outros meios de comunicação, e particularmente o apelo da televisão. Por isso, a falta de interesse e a apatia em relação à escola. A saída, então, seria ela se modernizar com o uso, por exemplo, de recursos didáticos mais atraentes e assuntos mais atuais" (AQUINO, 1998, p. 7). De certa forma, pelo fato da aula ser desinteressante e o aluno não se sentir atraído pela mesma, isso pode gerar situações de conflito, pois o aluno em questão "não sabe o que vai fazer naquele local", tomando a atenção para si, quebrando as regras impostas e perturbando as aulas. Todos esses tipos de alunos influenciam os casos de indisciplina que serão citados neste capítulo.

Os casos de indisciplina citados nesta pesquisa foram coletados em pastas de registros que as escolas possuem de cada aluno, separados por séries e turmas. Os dados foram pesquisados nas escolas públicas estaduais do município de São Sebastião do Caí, de 6º a 9º ano do Ensino Fundamental.

Para exemplificar o que seria uma "ficha de registro de aluno", segue um modelo para que se possa entender melhor como esses registros são feitos. O nome do aluno é fictício para proteger e preservar sua identidade.

JOÃO DA SILVA – 6º ANO
08/03/2016: não leu e ficou conversando.

08/03/2016: o aluno não realiza as atividades, leva tudo na brincadeira, atrapalha a aula.
09/03/2016: o aluno não fez a leitura do livro na hora da leitura e perturbou os colegas.
14/03/2016: Perturbou a aula, atrapalhando os colegas, comendo chiclé.
15/03/2016: Perturbando muito. Atrapalha a turma, grita, bate na mesa, arrasta cadeiras, masca chiclé o tempo todo.
16/03/2016: o aluno perturba a aula de matemática, fala palavrões e outros termos agressivos. Perturba os colegas, provocando-os, arrumando discussões totalmente desnecessárias.
28/03/2016: o aluno João fala alto, faz brincadeiras, atrapalha a aula de geografia. Fica andando pela sala.
30/03/2016: o aluno grita e fica passeando pela sala na aula de matemática.
05/04/2016: perturba as aulas.
11/04/2016: Perturba as aulas, fica brincando, copiando dos colegas as respostas.
12/04/2016: não trouxe o livro de ciências. Muita brincadeira, rindo e debochando, às vezes acredito que é da professora.
20/04/2016: o aluno só conversa e atrapalha a aula. Levou bilhete para rever suas atitudes e trazer assinado pelos responsáveis.
28/04/2016: conversa a aula toda.
02/05/2016: não trouxe a prova de matemática assinada. Conversa, masca chicle, atrapalha a aula.
06/05/2016: masca chicle durante a aula sem permissão.
10/05/2016: não trouxe a prova de ciências assinada.
11/05/2016: conversa alto, atrapalha a aula.
13/05/2016: faltou com respeito ao colega, atrapalhou a prova com conversa.
13/05/2016: o aluno conversa durante a aula, sai do lugar sem pedir e não realiza as atividades.
17/05/2016: não entrou na sala na hora que bateu do recreio porque ficou varrendo o corredor.
18/05/2016: conversa assuntos desnecessários, atrapalhando a aula.
24/05/2016: chamou a comida do colégio de “merda” e “bosta”, mandou eu fazer ata e disse que a mãe e as tias também achavam a comida uma “merda”.
24/05/2016: não entrou na sala na hora certa, tive que ir buscá-lo.
06/06/2016: não para de falar, conversas desnecessárias, atrapalhando a aula. Passa a aula inteira mascando chiclé. Fica falando palavrão. Passou mais de uma hora

comendo chiclé, sem permissão. Não fica no lugar.
06/06/2016: não fez silêncio e não respeitou a leitura do colega. Sempre comendo chiclé.
13/07/2016: não faz silêncio, fica comendo chiclé.
19/07/2016: conversando durante o filme.

Ao indentificarmos os casos mais comuns de indisciplina por escola, nomeamos as mesmas com as letras A até G para manter em sigilo suas identidades. Os casos mais comuns de indisciplina verificados durante a análise dos registros são:

- ✓ Não realizar as atividades propostas: exercícios propostos pelos professores, temas, trabalhos ou provas.

Exemplos:

“No dia 18/08/2016 o aluno foi trazido à sala da vice-direção por não fazer os temas de história e geografia”. (Escola C).

“No dia 30/06/2016 a aluna foi trazida pela professora M. por não querer tirar livros na biblioteca”. (Escola E).

“No dia 13/06/2016 o aluno não fez o tema de matemática”. (Escola D).

- ✓ Perturbar, conversar e atrapalhar a aula.

Exemplos:

“12/05/2016: o aluno está sempre conversando e tumultuando a turma”. (Escola D).

“21/03/2016: o aluno além de ficar conversando durante o trabalho de matemática, também ficou falando respostas em voz alta”. (Escola F).

“26/04/2016: o aluno conversa muito, tira a atenção dos colegas, fazendo brincadeiras bobas”. (Escola G).

- ✓ Sair do lugar sem permissão.

Exemplos:

“30/03/2016: o aluno fica passeando pela sala na aula de matemática”. (Escola A).

“01/06/2016: não respeita a professora, passa a aula ‘desfilando’ pela sala”. (Escola B).

“06/06/2016: não fica em seu lugar”. (Escola D).

- ✓ Mascar chiclé, balas e similares.

Exemplos:

“10/05/2016: estava conversando, mascarando chiclete o tempo todo, me fazendo de boba, pois colocava o chiclé no lixo e pegava um novo”. (Escola D).

“10/06/2016: mascarando chiclete o tempo todo na aula de ciências”. (Escola C).

“06/05/2016: mascou chiclé a aula toda sem permissão”. (Escola B).

- ✓ Tocar bolinhas de papel na aula e outros objetos.

Exemplos:

“30/06/2016: durante a confecção do jogo de inglês, o grupo do aluno ficou tocando bolinhas de papel em outro grupo”. (Escola F).

“14/04/2016: estava tocando papel e borrachinha nos colegas, perguntei para a turma e eles falaram que estava participando”. (Escola C).

“20/04/2016: Jogou bolas de papel no colega, brinca o tempo inteiro”. (Escola A).

- ✓ Não trazer os materiais devidos (livros ou cadernos).

Exemplos:

“22/03/2016: sem o livro de leitura”. (Escola D).

“12/04/2016: não trouxe o livro de ciências”. (Escola C).

“27/06/2016: não trouxe o caderno de matemática”. (Escola F).

- ✓ Faltar com respeito aos colegas.

Exemplos: “11/04/2016: o aluno se mete em todas as conversas alheias e ficou provocando os colegas na aula de matemática”. (Escola B).

“No dia 01/07/2016 o aluno M faltou com respeito com o seu colega, gritando e mandando o mesmo calar a boca e ficar quieto. Após ser chamada a atenção pela professora, ficou debochando, rindo e repetindo o que a professora tinha falado. Enfim, atrapalhou as explicações do novo conteúdo que estava sendo apresentado, prejudicando a turma toda”. (Escola E).

“01/06/2016: o aluno não fez as atividades de matemática, fica o tempo todo incomodando os colegas, e chamando um deles de ‘porco selvagem’. Não demonstra respeito algum pelos colegas e pela professora”. (Escola G).

- ✓ Faltar com respeito aos professores e outros funcionários da escola.

Exemplos:

“12/04/2016: não trouxe o livro de ciências, muita brincadeira, rindo e debochando, às vezes acredito que é da professora”. (Escola C).

“No dia 15/08/2016 o aluno foi trazido à sala da vice-direção por desrespeitar a monitora”. (Escola E).

“23/08/2016: a aluna foi trazida à vice-direção por desrespeitar a professora T. e isto é recorrente, por isso leva advertência escrita”. (Escola E).

- ✓ Chegar na sala de aula fora do horário.

Exemplos:

“24/05/2016: não entrou na sala na hora certa, tive que ir buscá-lo”. (Escola D).

“No dia 16/08/2016 o aluno foi trazido pela professora M. por entrar atrasado na sala de aula. Espera a professora passar e fica debochando. Isso é recorrente”. (Escola E).

“24/05/2016: a aluna atrasou-se após o término do recreio por estar comendo e tomando refri com os colegas”. (Escola C).

- ✓ Brincadeiras durante a explicação dos professores.

Exemplos:

“04/05/2016: o aluno riu durante a aula, fez brincadeiras, perturbando a explicação do conteúdo dos demais colegas”. (Escola B).

“02/06/2016: a aluna usou celular durante a aula de matemática e depois durante uma explicação de matéria, estava virada para trás apontando ‘aquele dedo’ para um colega. A aluna tem dificuldades e precisa prestar atenção”. (Escola C).

“06/06/2016: conversando, brincando e incomodando muito durante a aula”. (Escola D).

- ✓ Uso do celular em sala de aula, mesmo existindo uma lei específica que proíbe este tipo de atitude.

De acordo com a Lei Estadual 12.884/2008 Artigo 1º “Fica proibida a utilização de aparelhos de telefonia celular dentro das salas de aula, nos estabelecimentos de ensino do Estado do Rio Grande do Sul”. E complementa no Parágrafo Único: “Os telefones celulares deverão ser mantidos desligados, enquanto as aulas estiverem sendo ministradas”.

Exemplos:

“25/04/2016: enquanto levei um aluno para fazer a prova de Matemática, na biblioteca, a aluna mexeu no celular”. (Escola C).

“13/07/2016: conversando e usando o celular”. (Escola B).

“No dia 26/08/2016 o aluno compareceu à sala da vice-direção para informar que o colega mexeu no seu celular sem permissão, ofendeu a memória do pai e teve outros comportamentos inadequados”. (Escola E).

E ainda têm-se outros casos raros, mas que se pode citar justamente por serem incomuns, porém graves:

“02/08/2016: a aluna está sendo acusada de ofender os colegas com palavrões, a mesma nega tudo. Também em outro momento a aluna reclamou que esta colega havia escrito um palavrão (PUTA) e escrito seu nome acima na parede do banheiro. Hoje, por mais eu pedi as duas não pararam de trocar ofensas e ameaçar uma a outra. Inclusive prometendo de se acertar as diferenças depois da aula. Sendo assim a Brigada Militar foi acionada para ficar na saída da escola. Apesar das conversas anteriores elas se mostraram irredutíveis. Conversamos novamente e a princípio acordaram de respeitarem-se”. (Escola C).

“23/06/2016: durante a aula de matemática, a aluna ficou batendo boca com um colega. Ela disse que o colega a provocou, o colega diz o mesmo. Porém, ela não parou de brigar, gritar e chamar o mesmo de apelidos. Mesmo com a professora intervindo ela continuou a fazer o conflito”.(Escola E).

“25/08/2016: o aluno estava juntamente com seus colegas olhando a sua prova, quando os colegas começaram a rir, ele pegou o colega pelo pescoço, dando uma gravata nele. A professora F. que estava no pátio viu o ocorrido e pediu que o aluno solta-se o colega. Depois de pedir 3 vezes que ele largasse o menino ele o soltou, após soltar o colega, ele fez ameaças e disse que iria pegá-lo mais tarde, alegando que o mesmo rasgou a sua prova. Quando novamente a professora os acalmou e pediu para passarem por ai e não brigarem mais, o aluno continuou muito nervoso e exaltado. Nesse instante o aluno pegou sua mochila do chão e jogou contra o rosto do colega e nesse instante o mesmo caiu com o rosto para o lado e começou a sair sangue da sua testa. A professora logo levou o menino para a secretaria onde a direção prestou os primeiros socorros, pois sangrava demais. O aluno ficou muito nervoso, mas depois voltou a acalmar-se”. (Escola C).

“Aos quatorze dias do mês de março os alunos S. e G. agrediram-se em sala de aula em função de fofocas e agressões verbais. Os alunos foram advertidos para que isto não volte a acontecer”. (Escola A).

Percebe-se, por estas últimas citações, que os casos de indisciplina ultrapassaram os limites da sala de aula e também passaram dos limites das brincadeiras e perturbação dos colegas e passaram a serem agressões físicas.

As fichas de registros ou, em outros casos, o livro de registros, também conhecido como “livro negro” são utilizados como forma de punição.

A existência do Livro de Ocorrências ou “Livro Negro” acaba assumindo também a função de repreender, punir, castigar, pelo simples fato de registrar comportamentos. E nesse sentido está relacionado com o sistema policial e jurídico, pois fica evidente o poder que tal instrumento tem para a maioria dos alunos no sentido de atemorizar e de punir. Estar no Livro de Ocorrências na escola, equivale, de certa forma, a estar fichado na polícia, fora da escola. (RUSHEL, 1990, p. 143)

Muitas vezes, os alunos não se sentem intimidados com esse tipo de ocorrência, ou como dizem também, com “a ficha suja”. Para eles o importante é que as coisas funcionem do jeito deles (os alunos), independente de que isto lhes traga alguma consequência posteriormente. Mesmo assim, a escola ainda acredita que este “livro negro” funciona como instrumento punitivo. Lógico, todos os atos que ocorrem na escola devem ser registrados, mas não significa que o fato de ocorrerem estas anotações estará inibindo as atitudes de alunos indisciplinados.

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora. (FOUCAULT, 1999, p. 203).

Provavelmente, por a escola ter sido submetida historicamente ao rigor de religiosos e militares, como instituição, se traz marcas dessa época onde um regime disciplinar parecia mais eficiente e não se levava em conta o fato de que, muito mais do que a própria escola, as pessoas e as crianças mudaram toda a sua concepção social, tornando-se sujeitos que não são mais omissos ao que lhe dizem ou ao que pensam.

3 NORMAS DE CONVIVÊNCIA DAS ESCOLAS

As normas de convivência das escolas, de uma maneira geral, são encontradas dentro dos seus respectivos Regimentos Escolares. A seguir, apresentaremos as definições de regimento.

Para Antunez (1988, p.12 *apud* WATANABE, 1999, p. 38) “o conjunto de normas e procedimentos que a instituição gera para possibilitar e regular o funcionamento de sua estrutura, junto com a regulação da convivência, configuram o conteúdo do regulamento do regimento interno da escola”.

Ainda, segundo as ideias de Watanabe (1999), o regimento escolar deve atender a duas condições: a legitimidade, que é o funcionamento do exercício do poder; e a legalidade que é a qualidade deste exercício. Também afirma que a construção deste regimento deve ter participação da comunidade escolar, isto é, ser redigido de maneira coletiva. Precisa ser amplamente divulgado, para que todos da comunidade escolar tenham o conhecimento sobre o conteúdo descrito nele. Por fim, cada escola tem seu próprio regimento, pois, apesar de pertencerem a mantenedoras iguais (municipal, estadual ou federal), não são escolas iguais. Cada uma está inserida num contexto e o mesmo deve ser levado em conta na construção do regimento.

Em geral, as escolas trazem em seus regimentos, que são documentos oficiais do funcionamento da mesma, composto de forma autônoma por cada uma, normas de convivência ou medidas socioeducativas, das quais são destacadas as seguintes, conforme pesquisa realizada nas escolas estaduais do município de São Sebastião do Caí:

- ✓ Proibido o uso de celular, fone de ouvidos e outros aparelhos eletrônicos.
- ✓ Respeito aos professores, colegas, direção e funcionários.
- ✓ Não mascar chiclé, balas, pirulitos e similares durante as aulas.
- ✓ Os alunos que não apresentarem as tarefas solicitadas serão notificados pelo professor, se houver reincidência, a direção informará pais ou responsáveis.
- ✓ Não conversar durante as explicações interrompendo a aula e atrapalhando a aprendizagem.

Caso essas regras não sejam cumpridas, as infrações disciplinares são anotadas nas fichas dos alunos e serão aplicadas as seguintes medidas:

- ✓ Advertência verbal.
- ✓ Advertência por escrito.

- ✓ Afastamento da sala de aula para uma reflexão (aqui entende-se como suspensão por tempo determinado pela direção da escola, nunca ultrapassando três dias).
- ✓ Sugestão de troca de turno.
- ✓ Reuniões com o Conselho Escolar (para saber o que mais pode ser feito em relação à situação indisciplinar).
- ✓ Busca de ajuda junto ao Conselho Tutelar (geralmente para fins de Transferência de aluno. O Conselho Tutelar é o último recurso que as escolas procuram).

Em uma das escolas pesquisadas, o que pôde ser observado foi uma das medidas preventivas que, segundo explicado pela supervisora da escola, é uma maneira de “proteger a escola”, se houver caso desta modalidade. Segue a medida na íntegra: “O aluno com matrícula condicional, não passa pelo processo normal de advertência e suspensão, podendo ter o cancelamento compulsório da matrícula, em qualquer período do ano letivo” (I.E.E P. F., 2016).

Entende-se aqui como aluno condicional aquele que veio para ser matriculado no estabelecimento de ensino através de medida judicial. Geralmente este aluno cometeu algum tipo de infração e está tentando ser inserido novamente na sociedade. Caso haja nova infração, a escola cancela a matrícula deste aluno a qualquer momento, encaminhando-o aos órgãos responsáveis.

Pelo conteúdo pesquisado, essas regras ou normas de convivência facilitam a vida da escola de maneira a controlar e ter uma melhor administração das indisciplinas geradas na sala de aula. Mas a questão é: se há todas essas normas e regras e “punições”, por que os casos de indisciplina ainda são frequentes? Talvez as punições não sejam as adequadas para amenizar ou resolver esses casos?

A punição disciplinar funciona conforme valores opostos de bem e de mal, certo e errado, o que se pode e o que não se pode fazer, possibilitando que os acertos e erros sejam mensurados. Essa quantificação constitui uma espécie de contabilidade penal, atualizada constantemente. Por meio dessa contabilidade, os indivíduos ganham, privilégios caso se comportem, podendo utilizá-los para evitar punições que possam vir a acontecer. É através dela também, que se identificam os “bons” e os “maus” alunos, avaliando-os a partir de sua capacidade de cumprir o que se espera deles. Esse processo serve para marcar os desvios, hierarquizar as qualidades e também para castigar e recompensar, o que é feito por meio das promoções ou rebaixamentos, pois, nesse contexto, a ascensão é um valor especialmente desejado. (KNÖPKER, 2014, p.45).

Logo, essas punições servem apenas para “rotular” o tipo de aluno, diferenciá-lo dentro da sala de aula ao invés de diminuir a situação insatisfatória que acontece no ambiente escolar. Por outro lado, a impunidade perante a quebra de regras também é algo

que pode acabar por piorar a situação que já está complicada, pois, os alunos indisciplinados acreditam que podem “fazer de tudo que não dá nada”.

Para Libâneo (1994), há necessidade de normas a serem tomadas, mas não devem ser o único meio de controle de classe. Devem ser síntese de requisitos de boa organização de ensino, entre eles, um bom plano de aula, a estimulação para a aprendizagem, o controle da aprendizagem e o controle de normas e exigências. Isto é, as normas por si só não funcionam se não há todo um processo pedagógico envolvendo todo o conhecimento e atribuições designadas ao professor.

Para não haver este conflito do “liberalismo” entre os alunos, é necessário que haja alguém que se responsabilize em cobrar dos alunos indisciplinados as regras que são impostas na escola, do contrário, para que tê-las se as autoridades responsáveis as ignoram? Para isso, é necessário saber lidar com a relação de poder na instituição de ensino.

De acordo com Fagundes (2009, p.37), “refletir sobre as causas e conseqüências do poder, nas relações vivenciadas pelos sujeitos, significa perceber o poder como força de coesão ou intimidação que se estabelece na estrutura da sociedade”. Se não souber utilizar o poder como forma de intimidação, o aluno indisciplinado continuará repetindo as mesmas atitudes, quebrando as mesmas regras, pois aquele tipo de punição não tem um significado que possa fazê-lo evoluir como ser humano. O aluno indisciplinado apenas enxerga aquela advertência ou ocorrência como algo ruim que aconteceu naquele dia, não dando a devida importância ao fato.

Watanabe (1999, p. 41) também concorda que “as penalidades previstas para o aluno, no Regimento Escolar, devem ter o sentido de formação, não de punição”. Ou seja, punir simplesmente o aluno por ter feito algo contra as regras sem que haja uma reflexão sobre o porquê daquela punição, sem que haja uma absorção e um real aprendizado do motivo por que não se pode fazer determinada coisa, os atos indisciplinatórios irão continuar, como um círculo vicioso, afetando outros alunos, permanecendo o caos em sala de aula e sem uma solução adequada.

O poder não é algo que deva ser associado ao castigo, mas algo que serve como forma de organização da vida humana. Para Fagundes faz-se necessária a articulação entre os diversos grupos sociais, de maneira a garantir o exercício do poder vinculado com as demandas da coletividade.

Mesmo assim há uma relutância, principalmente do adolescente, em aceitar esse tipo de poder às ordens que lhe são ditas. Segundo as ideias de Foucault:

Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real de que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. (FOUCAULT, 1977, p.233).

Há resistência pelos dois lados: a autoridade da escola, que reluta em querer disciplinar o aluno que não cumpre as regras e o aluno que insiste em não querer ser disciplinado. Esse “cabo de guerra” que fica estável nesse tipo de conflito, não leva nenhum dos lados a um consenso do que é melhor para ambos.

Para haver este consenso, é necessário que haja um trabalho cooperativo, ou seja, que todos dentro do contexto escolar façam a sua parte, isto é, tanto o professor que precisa ter autoridade sem ser autoritário, quanto o aluno que precisa entender como as coisas na escola funcionam, cooperando com o todo para que haja uma aula harmoniosa, sem conflitos. Logo, a cooperação é parte muito importante para que se tenha disciplina em sala de aula.

A cooperação apresenta, nesse sentido, um caráter reflexivo e regulador que levará a criança à prática da reciprocidade, tornando-se ao mesmo tempo processo e procedimento para a construção da consciência lógica e moral. Sendo assim, através da cooperação, o pensamento tende para a abstração, alcançando um caráter operatório, da mesma forma que os sentimentos morais acabam por se inserir num contexto de regras coletivamente deliberadas e consentidas. Com isso, a atividade mental deixará de ser concreta e egocêntrica para se tornar abstrata e socializada. (CAIADO, ROSSETTI, 2009, p 88).

Piaget, de acordo com Guedes, também cita a cooperação como um dos tipos de relação social.

Em compensação, se o respeito é um sentimento que se desenvolve na criança em função da interação que ela estabelece com o seu meio social, interessava a Piaget (1932/1992) o tipo de relação social estabelecida. Ele distingue dois tipos de relação social: a coação social e a cooperação. Ele define a coação social como [...] toda relação entre dois ou n indivíduos na qual intervém um elemento de autoridade ou de prestígio e cooperação como [...] toda relação entre dois ou n indivíduos iguais ou que acreditam ser iguais, ou seja, toda relação social na qual não intervém nenhum elemento de autoridade ou de prestígio. (GUEDES, 2013, p. 33).

A cooperação é uma forma de construir a reflexão, a moral e a consciência lógica, mostrando o significado e o porquê seguir as regras estabelecidas, tornando o aluno um ser que provavelmente irá pensar no todo antes de tomar alguma decisão.

Sabe-se também que conviver em um grande grupo não é uma tarefa muito fácil, pois exige paciência de todos com todos. Para isto, é necessário haver respeito mútuo entre as diferenças de cada um. “Viver juntos em harmonia com os outros envolve respeito pelas

ideias e sentimentos dos outros, a tolerância das diferenças, aceitação e valorização da diversidade, solidariedade, reciprocidade e cooperação mútua com base em objetivos comuns”. (MANRÍQUEZ, 2014, p. 160). E ainda completa:

A convivência escolar tem uma abordagem formativa, portanto, é considerada a base da educação para a cidadania e é um fator-chave para formação integral dos/das estudantes; os/as professores/as devem ensinar às/aos alunos/as a aprenderem uma soma de conhecimentos, habilidades, valores e princípios que lhes permitem pôr em prática o viver em paz e harmonia com os outros; é por isso que a gestão da formação da convivência escolar é a maneira mais eficaz de prevenir a violência escolar. (MANRÍQUEZ, 2014, p. 160-161).

Portanto, se não conseguirmos uma educação crítica e reflexiva, de maneira que o aluno reflita sobre suas atitudes e convivências na sociedade, de nada vão resultar em impor regras que, para ele, não abrangem nenhum significado.

Aprender vida escolar tem uma dimensão preventiva, uma vez que visa formar os/as estudantes a pensar crítica e independente, a fim de tomar decisões pessoais, situações antecipando responsáveis que ameaçam ou alterar a coexistência pacífica com os seus pares. (MANRÍQUEZ, 2014, p. 166).

4 RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO EM SALA DE AULA

Existem, segundo Libâneo (1994), dois aspectos da interação professor-alunos no trabalho docente: o cognitivo, isto é, a forma de comunicação dos conteúdos escolares; e o sócio emocional, ou seja, as relações pessoais entre professor e aluno e as normas disciplinares indispensáveis ao trabalho docente. Vamos focar neste segundo aspecto.

Em alguns casos a indisciplina pode ser gerada pela falta de comunicação entre professor/aluno ou por falta de afinidade. Aquilo que o aluno costuma chamar de “implicância que o professor tem com ele”. Em resposta a esta “implicância”, o aluno pode gerar questões indisciplinadas.

Segundo Miranda (2008):

A interação professor-aluno ultrapassa os limites profissionais e escolares, pois é uma relação que envolve sentimentos e deixa marcas para toda a vida. Observamos que a relação professor-aluno, deve sempre buscar a afetividade e a comunicação entre ambos, como base e forma de construção do conhecimento e do aspecto emocional. (MIRANDA, 2008, p. 02).

Se não há uma boa relação entre o professor e o aluno, isso pode ser motivador de indisciplina. A construção dessa relação entre professor/aluno não acontece de um dia para o outro. O professor precisa ter a sensibilidade de ver o aluno não só como um ser pensante, que está na escola para aprender o conteúdo proposto, mas para ser um cidadão reflexivo, de acordo com Miranda (2008), enxergar o seu ofício além da transmissão de conhecimento, despertando no aluno sentimento de amor e respeito ao próximo.

O aluno precisa se sentir motivado a aprender e, essa falta de motivação pode trazer a atenção do aluno para outros eventos que ocorram dentro da sala de aula, o que também gera indisciplina. Para Libâneo (1994):

A motivação dos alunos para a aprendizagem, através de conteúdos significativos e compreensíveis para eles, assim como de métodos adequados, é fator preponderante na atitude de concentração e atenção dos alunos. Se estes estiverem envolvidos nas tarefas, diminuirão as oportunidades de distração e de indisciplina. (LIBÂNEO, 1994, p. 253).

Conforme Miranda (2008):

O prazer pelo aprender não é uma atividade que surge espontaneamente nos alunos, pois, não é uma tarefa que cumprem com satisfação, sendo em alguns casos encarada como obrigação. Para que isto possa ser mais bem desenvolvido, o professor deve despertar a curiosidade dos alunos, acompanhando suas ações no desenrolar das atividades em sala de aula. (MIRANDA, 2008, p.03).

Ou seja, muitos alunos, que não possuem afinidade com o conteúdo trazido pelo professor, se sentem obrigados a aprenderem determinado assunto por simplesmente terem aversão àquilo. Logo, se o professor não aborda este assunto da maneira “menos dolorosa” possível, a sala de aula pode gerar um lugar de conflitos.

Mas ter esse relacionamento mais afetivo entre professor/aluno não é algo que se conquista facilmente, até porque o professor não deixa de ser a autoridade dentro de uma sala de aula e fazer a combinação certa dos dois nem sempre é possível. Conforme Simon (2008, p. 29) “a emoção é uma sensação sobre a qual nós pensamos, não é uma simples sensação, pois ocorrem mudanças no que sentimos; por esta razão, a autoridade é uma expressão da ‘emoção’ do poder, um laço, um vínculo afetivo e está relacionada à instabilidade”. Essa instabilidade que desconcentra docente e discente traz situações conflituosas, onde o emocional fala mais alto que o racional de ambas as partes, gerando conflitos que, se não houvesse essa instabilidade emocional, poderiam ser evitados.

Mas a autoridade do professor, por mais que possa ter instabilidade pelo fato de ser a “emoção do poder”, não pode ser descartada. Como disse Simon (2008), a autoridade é a base fundamental nas relações humanas. Na relação professor/aluno é expressa como um sentimento de cooperação onde o professor expressa seus cuidados com o aluno e o aluno expressa sua necessidade de ser cuidado pelo professor.

De acordo com Simon (2008), a autoridade é uma expressão emocional do poder e está ligada à interpretação. Logo, vai depender muito da interpretação que os alunos têm por autoridade, o que também pode ocasionar uma geração de conflitos por falta ou por má interpretação dessa autoridade. E Libâneo (1994) ainda completa dizendo que o “professor precisa aprender a combinar severidade e respeito” (LIBÂNEO, 1994, p. 251) e que o processo de ensino está ligado tanto no tempo da direção da aprendizagem quanto de orientação da atividade autônoma e independente do aluno. O professor precisa saber controlar esse processo, estabelecendo normas, deixando bem claro o que espera dos alunos.

Autoridade também é um processo de dependência. De acordo com Sennett (2006b, p. 58 *apud* SIMON 2008, p. 33) a “palavra autoridade define um complexo processo social de dependência. Uma pessoa dotada de autoridade é diferente de um tirano, que recorre à força bruta para ser obedecido”. Neste caso, temos os dois lados: os alunos que precisam da crença da autoridade no seu desenvolvimento e os professores ao exercer sua autoridade expressam também alguma importante parte de si, demonstrando interesse pelo outro. Por outro lado, segundo este mesmo autor, a disciplina e o controle são entendidos como “uma construção do hábito da obediência, que se transformou ao longo do tempo” (SENNETT, 2001, p. 123 *apud* SIMON 2008, p.57). A pessoa que tem a capacidade de disciplinar os outros possui autocontrole. Mas esse autocontrole para disciplinar os demais

pode ter um efeito constrangedor e acabar por tornar o indivíduo sem importância. O indivíduo indisciplinado consegue romper essa barreira do autocontrole do indivíduo que disciplina, rompendo também com a construção da obediência, gerando a resistência à disciplina.

O problema, de acordo com Sennett (2001, p. 44 *apud* SIMON 2008, p. 35) é a “dependência desobediente”. Isso gera um tipo de rejeição da autoridade, revelando manifestações de indisciplina que demonstram o controle exercido pelo professor sobre os alunos. Logo, a dependência pela autoridade é tão ampla que a carência dela perante aquele indivíduo ocasiona situações conflitantes, gerando indisciplina.

A obediência, segundo Simon (2008), está ligada diretamente com a disciplina, mas não diretamente com a autoridade nem com a pessoa que a direciona. Está ligada aos comandos e o que a não obediência pode causar. Seu cumprimento pode acontecer por medo, coação, sanções ou até mesmo por estar de acordo com aquilo proposto. Dentro do contexto escolar, indisciplina é entendida como uma desobediência ao que a disciplina impõe, por intermédio da autoridade da instituição. Então, essa relação começa a se tornar complicada por haver essa confusão entre o que é autoridade e o que é disciplina, havendo conflito em ambos os lados da instituição.

Outrora, a definição de autoridade estava mais ligada nas interpretações das condições de poder, dando sentido às condições de controle e influência.

Sennett (2001, p. 30-33) afirma que a “autoridade, no sentido mais geral, é uma tentativa de interpretar as condições de poder e de dar sentido às condições de controle e influência”. A autoridade, para aquele autor, é um processo interpretativo que “busca” para si mesmo a solidez de algo, é a busca pelo poder. Nessa linha de pensamento, a autoridade estaria vinculada a um processo interpretativo contínuo, que visa dar sentido ao controle e à influência exercidos pelo poder. (SIMON, 2008, p. 45)

O poder de punir, de acordo com SIMON (2008), foi exercido durante muito tempo, tornando os argumentos indiscutíveis. Desta forma, o professor que possuía a autoridade poderia agir da maneira que quisesse, independente de suas atitudes estarem certas ou não, não sendo indagado por suas decisões ou punições.

Na definição de Piaget, respeito é “expressão do valor atribuído aos indivíduos, por oposição às coisas ou aos serviços” (Piaget, 1977, p. 127 *apud* GUEDES, 2013, p. 34). Piaget ainda define o valor como uma troca afetiva com o exterior, objeto ou pessoa. Ainda seguindo as ideias de Piaget, para Guedes:

O respeito unilateral é a primeira forma de respeito que aparece no desenvolvimento do ser humano. Esse sentimento constitui - se nas relações de coação social, cujo protótipo é a relação estabelecida entre a criança e seus pais ou com outros adultos significativos para ela. A obediência tem origem nesse tipo de relação. A criança atribui um valor absoluto às normas, opiniões e valores desses adultos. Ela imita os

exemplos que eles lhe dão e adota a sua escala de valores (GUEDES, 2013, p. 34-35).

O adulto é referência absoluta na formação da criança. O espelho que a criança tiver em casa vai ser refletido nas suas atitudes e características psíquicas. Na escola, o professor é o adulto que será o espelho na formação da criança. Se a criança não consegue ver o adulto como referência ou a referência que possui está em desacordo com a sociedade, logo o professor acaba por ser apenas alguém que lhe dita regras desagradáveis, que não fazem o menor sentido para aquela criança ou adolescente.

Conversar abertamente com a turma durante a aula para saber o que lhe incomoda pode ser uma alternativa para começar a ter um bom relacionamento com a mesma. Para Teixeira (2010), caso o professor perceba que as aulas são monótonas ou cansativas, cabe ao mesmo planejar atividades pedagógicas diferenciadas, voltadas aos alunos, para que estes não cometam atos de indisciplina. Além do planejamento, o professor precisa tentar um diálogo para minimizar a situação de conflito em sala.

Já Freire define o que é o bom professor:

Neste sentido, o bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do *movimento* de seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma “cantiga de ninar”. Seus alunos *cansam*, não *dormem*. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas. (FREIRE, 1996, p. 33).

E o autor ainda completa...

Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas, de materiais, de métodos para uma aula dinâmica assim, é preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache “repousado” no *saber* de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. E ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar, reconhecer. (FREIRE, 1996, p. 33-34)

Em um mundo modernizado, onde a informação está acessível em todos os meios, trazer à tona a curiosidade do aluno pode ser uma tarefa cada vez mais difícil. E o desinteresse do aluno pelo conteúdo acaba sendo não pelo fato de que este aluno é somente desinteressado, mas porque aquilo já não o interessa mais, pois está em busca do novo.

De acordo com Santos e Maia (2010), a realidade das escolas públicas é pouco divulgada dentro das universidades, isto é, os universitários têm pouco contato com o ambiente escolar. Muitos só terão este contato quando cursarem as disciplinas de estágio. E essa falta de contato faz com que o aluno acadêmico não tenha experiência vivenciada, podendo, inclusive, distanciá-los da prática docente, já que no primeiro contato a realidade pode ser frustrante, tirando a utopia de seu pensamento.

De acordo com Cloes et al. (1998), a falta de experiência dos profissionais da educação é fator decisivo para ocasionar a indisciplina escolar.

Cloes et al. (1998, p. 80) demonstram que os professores com menos experiência, além de possibilitarem inconscientemente a indisciplina, são menos eficazes na prevenção dos comportamentos inadequados dos alunos durante as aulas. Para esses autores, os alunos percebem a falta de experiência dos docentes e se arriscam a ultrapassar os limites propostos. Tal afirmação reforça a necessidade de existir uma preparação específica à gestão das situações de indisciplina na formação dos professores, bem como cursos de capacitação que propiciem momentos de discussão sobre o assunto, de modo a preparar os docentes para enfrentar a indisciplina nas aulas. (SANTOS; MAIA, 2010, p. 08)

Vasconcellos (2013) diz que os conflitos são contingentes a qualquer relacionamento humano e que, em função disso, na sua formação o professor deveria ter uma preparação para trabalhar essas situações de conflito.

Santos e Maia (2010) concordam que os docentes precisam de uma formação continuada, onde aprendem a lidar não só com esses tipos de conflito, mas com várias questões ligadas a sua prática docente. “Ao desenvolver a autonomia estimulada por uma perspectiva reflexiva e crítica, o perfil do docente em sala de aula configura-se como o de um mediador, um organizador da atividade pedagógica e não um mero transmissor e detentor do conhecimento” (SANTOS; MAIA, 2010, p. 07). Mas, também concordam que esta questão da indisciplina não vem sendo trabalhada nas formações, sendo que sempre esteve presente no ambiente escolar, cabendo aos futuros professores estarem preparados para lidar com esta questão, mas sem saber como.

5 RELAÇÃO DA INDISCIPLINA ESCOLAR COM O AMBIENTE EXTERNO

Fazem parte deste ambiente externo os aspectos culturais em que esses alunos estão inseridos. A palavra cultura pode ter vários significados. Para Berton (2005), o sentido sociológico desta palavra pode ser definido como um conjunto de atitudes e modos de agir, costumes, as instituições, os valores de uma sociedade. Pode se referir àquilo que é cultivado. Neste contexto, cultivam-se valores e saberes, construídos à medida que o indivíduo é exposto à sociedade.

Cultura e educação não são termos inseparáveis, conforme cita Berton (2005):

Cultura é um termo intimamente relacionado à Educação porque esta se refere a um conjunto de teorias, procedimentos, instrumentos e técnicas para desenvolver o intelecto e o comportamento de modo a tornar os indivíduos aptos ao convívio em sociedade. (BERTON, 2005, p. 143).

A cultura está ligada diretamente à (in)disciplina, pois ela define como o indivíduo virá a se comportar no convívio coletivo. A escola é um ambiente totalmente democrático (ou deveria ser) e um ambiente com uma maior diversidade cultural (na maioria dos casos). Esse fator de diversidade também pode gerar um conflito, pois são muitas mentes pensando diferente, com costumes, dilemas, realidades totalmente distintas. Desta forma, a indisciplina, segundo Berton (2005) acaba sendo incorporada à cultura escolar, como forma de manifestação de resistência ao processo educativo que está sendo dirigida a um contexto geral de exclusão, desvalorizando as expressões de cultura e saber da maioria da população. Deste modo, o indivíduo indisciplinado se sente “injustiçado”, “vítima da exclusão” e, como forma de protestar contra aquilo que considera errado, age com rebeldia para dizer que é contra o sistema ao qual foi inserido dentro do ambiente escolar.

Conforme afirmam Vieira, Almeida e Alonso (2003), a escola atualmente é um local onde afluem pessoas de todos os tipos, tanto quanto a origem socioeconômico-cultural como étnica, política ou religiosa. Não é possível ignorar essa diversidade ou reduzi-la. É necessário encontrar formas de atenuar diferenças sociais e culturais, promovendo oportunidades variadas como o trabalho em equipe e socializando o conhecimento.

Sabe-se também que a escola não é a única mediadora dos traços culturais que o aluno reflete em sala de aula. Muitas destas características são trazidas do próprio âmbito familiar, como reflexo da própria criação daquele aluno.

[...] cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere [...] segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença

inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito. (BOURDIEU. In: NOGUEIRA; CATANI, 1998, p. 41-2 *apud* BERTON, 2005, p. 169).

Ou seja, a própria influência familiar irá definir a disciplina ou indisciplina do aluno na escola.

Existe outro fator ligado diretamente ao aluno que é, de acordo com Berton (2005), a natureza do indivíduo. O indivíduo passa por um processo de aculturação da escola no qual é resistente, e o mesmo acaba por ser excluído do processo educativo por apresentar uma natureza incompatível com o cumprimento das regras ou normas impostas para o convívio em sociedade.

Alguns profissionais da educação creem que a natureza de alguns alunos, ainda seguindo as ideias de Berton (2005), possa ser alterada pelo processo educativo, enquanto outros são chamados de “casos perdidos”. Para esses “casos perdidos”, é sugerido, para a escola, buscar métodos didáticos e pedagógicos para ocupar os alunos durante seu período de permanência na instituição, de modo que não atrapalhe os que ainda há esperança de que melhorem seu convívio social.

Mas, para lidar com os casos de indisciplina sem que haja “desistência” deste aluno, conforme cita Berton (2005), é necessário entender os limites dessa resistência em seu contexto de origem, não somente na educação, mas também com os interessados (pais, alunos e comunidade), a fim de formar uma iniciativa individual, em benefício do grupo no qual se insere, desenvolvendo o sentimento de solidariedade e de fidelidade de forma racional.

A indisciplina é a manifestação do aluno em ir contra aquele que, na sua concepção, “está lhe fazendo algum mal”. Logo, é necessário que ofereça, conforme BERTON (2005, p.178), “uma real contribuição à superação dessa compreensão pragmática que impregna o cotidiano das relações na escola”. Logo, sem entender o contexto no qual o aluno convive, não tem como diagnosticar o porquê de sua resistência a regras e não é possível resolver o conflito que ocorre dentro da instituição.

Já para Fagundes (2009), o descumprimento das regras pode estar relacionado com o meio cultural em que o aluno se insere:

No cotidiano da escola, estão sempre presentes valores diferenciados, e a diversidade pode levar a situações de conflitos. Tais conflitos instalam uma situação problematizadora. O que é preciso considerar é que não existem normas, regras definitivamente prontas; elas variam de uma cultura para outra, de uma comunidade para outra: sofrem transformações quando

submetidas à reflexão, que deve ser norteadas pela ética (FAGUNDES, 2009, p. 46).

Provavelmente aquele tipo de contexto que a escola tenta inserir no cotidiano do aluno e onde o mesmo precisa se adaptar não faz parte do seu contexto de vida. Logo, um jeito de manifestar o seu ponto de vista é se opondo àquilo que lhe foi imposto e essa manifestação é interpretada pelo professor com um ato infracionário.

Em outras palavras, é necessário retomar o aspecto humano e reaprender a conviver, conforme as novas concepções que estão sendo geradas neste novo contexto escolar.

Acredito que a retomada do aspecto humano será a grande tônica do século XXI. Os homens necessitam apropriar -se do seu “eu”, entender o significado de “conviver”, instrumentalizando- se para o convívio social e para a construção de uma sociedade erigida sob o signo da paz, da liberdade e da justiça social. Esta concepção humana passa, necessariamente, pela via da educação, não só no seu aspecto formal, conteudista e técnico, mas, e principalmente, no que se refere a uma educação para o exercício pleno da cidadania, dentro de uma dimensão ética e de solidariedade. (OLIVEIRA, 2004, p. 02).

Para Gómez (2001, p. 12 *apud* SANTOS, 2011, p. 59), “é extremamente útil entender a escola como um cruzamento de culturas que provocam tensões, aberturas, restrições e contrastes na construção de significados”, isto é, um processo onde se fazem presentes inúmeras culturas, se intercomunicando ou se reproduzindo, se assimilando ou se recriando, tendo como resultado uma construção social.

Como já dito anteriormente, os alunos do século XXI não são os mesmos do século passado e os docentes precisam se adequar a esta nova realidade.

De fato, os sujeitos que hoje frequentam a escola podem não ser os mesmos que são idealizados pelo corpo docente, gerando manifestações de saudosismo. Muitos professores recordam os momentos em que os alunos portavam se de outra maneira em classe, atendiam às solicitações realizadas, demonstravam respeito ao professor. Hoje, os alunos, talvez, não tragam mais esse reconhecimento da figura do professor. (SANTOS, 2011, p. 61).

Logo, o professor não tem mais aquela representatividade que tinha no passado. Para o aluno, o professor não é mais “o ser supremo, detentor de todo o saber”. O professor é alguém que está na sala para ensinar, mas não é mais visto como um ser “intocável”, onde tudo que fosse dito era lei.

De acordo com Bernstein (1989 *apud* SANTOS, 2011), quanto mais baixas forem as camadas sociais, maior será a resistência a educação formal. Essa resistência, segundo o autor, se expressa em diferentes níveis, desde problemas críticos de indisciplina, rejeição

dos valores dos professores, ou até mesmo a dificuldade de sentir ou desenvolver a necessidade de um vocabulário amplo se dá preferência ao processo cognitivo descritivo ao invés do analítico.

Como toda a sociedade, nas escolas os sujeitos tanto estabelecem laços de união quanto compartilham conflitos. Então, para Amado (2001, *apud* SANTOS, 2011), as características pessoais dos alunos são importantes para a compreensão destes comportamentos na sala de aula. Entretanto, deve também ser considerada não somente a soma das características de cada aluno, mas uma dinâmica própria que atravessa toda a turma como um grupo, como sistema.

Numa aula, por exemplo, haverá quem interprete um acontecimento como correto ou desviante, justo ou injusto, aborrecido ou motivador. Com isso, a indisciplina será construída na própria aula, sendo o resultado de um processo de interação entre alunos e professores, possuindo todos eles expectativas mútuas, percepções e pontos de vista diferentes sobre o que aconteceu. (DELGADO; CAEIRO, 2005, p. 23 *apud* SANTOS, 2011, p. 62)

Cabe também ao docente saber interpretar o que é caso indisciplinar, do contrário, tanto este docente quanto o aluno ficarão alheios às regras, com dificuldade em assimilar o que pode e o que não é permitido fazer em sala de aula.

6 RELAÇÃO ENTRE GESTÃO ESCOLAR E CASOS DE INDISCIPLINA

A gestão, ou equipe diretiva como é chamada em alguns casos, é a autoridade máxima dentro da escola para lidar com todos os tipos de situação, seja na área administrativa ou na área pedagógica. A indisciplina se insere na área pedagógica, sendo que cabe a gestão resolver os problemas decorrentes da mesma quando o docente não consegue mais controlar a situação ou quando há alguma excentricidade dentro da sala de aula neste aspecto.

Nossa sociedade, nos últimos anos, está passando por várias transformações, onde para alguns os valores não são mais os mesmos, a família não é mais a mesma, as pessoas ou tão pouco os alunos não são mais os mesmos que eram há cerca de vinte ou trinta anos atrás. Então, pergunta-se: como a escola deve agir?

Para Vieira, Almeida e Alonso (2003), a educação precisa enfrentar o desafio da mudança se quiser sobreviver. Para isso, precisa rever o significado social do trabalho escolar na época atual, direcionando corretamente as novas demandas e avaliando sua eficácia para proporcionar melhor qualidade de vida a todos envolvidos nesse processo. Se a escola não mudar sua forma de pensar e agir perante certas situações e quiser agir como se tudo tivesse parado no tempo, não haverá uma evolução e um maior desempenho de sua eficiência.

Fala-se tanto sobre equipe diretiva, gestão, mas geralmente não se defini exatamente qual a atribuição destes termos.

A Constituição Federal de 1988 apenas cita, em seu Artigo 206, inciso VI: “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. (BRASIL, 1988).

Apenas cita que a gestão deve ser escolhida e feita de modo democrático dentro do âmbito escolar da rede pública de ensino.

Conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394 de 1996, além de citar o mesmo em seu Artigo 3, inciso VIII:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
[...]

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino. (BRASIL, 1996).

Já nos Artigos 14 e 15, a lei consta o seguinte:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996).

Legalmente, não há nada na lei que diga como o gestor escolar deve prosseguir nos casos de indisciplina que ocorrem em sala de aula. A gestão não possui um amparo legal, algo a nível estadual ou federal que possa se apoiar para esse tipo de questão. Ela precisa fazer “suas próprias leis”, no caso, o regimento e o projeto político-pedagógico, onde ambos devem ser feitos coletivamente. Mas, mesmo assim, sem algo para se apoiar perante a lei, fica complicado, muitas vezes, “redigir as próprias regras”.

De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), as leis estão muito mais voltadas para a área do currículo, na autonomia e na avaliação institucional.

Os estudos atuais sobre o sistema escolar e sobre as políticas educacionais têm-se centrado na escola como unidade básica e como espaço de realização das metas do sistema escolar. A ideia de ter as escolas como referência para a formulação e gestão das políticas educacionais não é nova, mas adquire importância crescente no planejamento das reformas educacionais exigidas pelas recentes transformações do mundo contemporâneo. Por essa razão, as propostas curriculares, as leis e as resoluções referem-se atualmente a práticas organizacionais como autonomia, descentralização, projeto pedagógico-curricular, gestão centralizada na escola e avaliação institucional. (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2012, p. 413).

De certa forma, a escola pública está tão atolada com a parte burocrática, até pelo tipo de mantenedora (municipal, estadual ou federal) que exige tanto essa parte burocrática, que a gestão acaba se limitando muito na parte administrativa, não conseguindo conciliar com a parte pedagógica.

A questão é que, em alguns casos, os professores estão alheios às decisões tomadas pela gestão, gerando um comodismo que “não importa o que seja decidido, vai ser acatado” para não sair da “zona de conforto”. Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), a relação entre decisões do sistema de ensino revelam que as formas de organização e gestão desempenham um papel educativo, ou seja, entram em conformidade com as atitudes, ideias, modos de pensar e agir tanto de professores quanto de alunos. Portanto, é necessário que os professores necessitem saber por que são tomadas certas decisões no âmbito escolar, como a direção lhes transmite tais decisões e como estas expressam relações de ideias, poder sobre o tipo de aluno a ser educado, formas avaliativas e controle de trabalho escolar. Os professores, como responsáveis pela formação intelectual, ética e

afetiva dos alunos, precisam ter consciência das determinações sociais e políticas, das relações de poder implícitas nas decisões administrativas e pedagógicas do sistema e o quanto elas afetam as decisões e ações levadas a efeito na escola e nas salas de aula.

Escutar os alunos, de acordo com Vasconcellos (2013), pode também ser uma alternativa para melhorar o desempenho da gestão.

A prática de se ouvir os alunos é muito eficaz, pois eles têm avaliações importantes sobre o trabalho do professor e da escola; muitas vezes, têm clareza sobre aspectos que a equipe escolar leva anos para descobrir; através de seus comentários, de seus posicionamentos (e até mesmo de suas brincadeiras), dizem muito. Vários problemas que afetam os alunos (e, portanto, sua aprendizagem) são mais bem enfrentados quando é feito um trabalho sério com os representantes de classe (alunos eleitos pelos seus pares), onde, através de encontros sistemáticos com a equipe diretiva, fazem a avaliação da escola nas suas várias dimensões. (VASCONCELLOS, 2013, p. 185).

Logo, a solução de vários problemas, tanto quanto de indisciplina quanto de outros que podem interferir na aprendizagem, podem vir a ser solucionado se ouvirmos a voz de quem está sendo o maior prejudicado na questão: o aluno.

6.1 A VISÃO DA GESTÃO ESCOLAR SOBRE O TEMA INDISCIPLINA

A partir das entrevistas realizadas nas escolas públicas estaduais do município de São Sebastião do Caí, pode-se compreender a percepção sobre o tema na visão dos gestores. Os gestores foram questionados sobre os seguintes tópicos: casos mais frequentes de indisciplina; casos mais graves de indisciplina e o que foi feito a respeito; se os casos de indisciplina são reflexos da sociedade; se os casos de indisciplina são reflexos da falta de comprometimento da família; se a indisciplina pode estar relacionada com o tipo de prática docente; como a gestão vê estes casos de indisciplina; e por fim, o que a gestão pensa a respeito deste tema. As escolas foram identificadas com letras de A até G para preservar sua identidades.

Começando pelos casos mais frequentes, como já vimos alguns destes no capítulo 2, o mais comum que acontece nas escolas é a falta de respeito do aluno com o professor. É uma questão unânime em todas as escolas pesquisadas, mas também é algo preocupante, já que o respeito pelo indivíduo, em qualquer situação, é algo essencial para uma boa convivência.

Em seguida foi perguntado sobre os casos mais graves de indisciplina e o que foi feito a respeito. O que foi mais comum foram os casos de brigas em sala de aula. Na maioria deles o professor retirou os alunos envolvidos e os levou até a gestão para que a

mesma ouvisse ambos os envolvidos na briga e fizesse ata sobre o ocorrido. Em algumas escolas pesquisadas (escolas A, C, D, E e G), além da ata, foram chamados os pais ou responsáveis pelo aluno para conversarem a respeito do ocorrido. Em outras, o destaque foi a falta excessiva de respeito com o professor, sendo que um dos alunos mandou o professor “tomar naquele lugar” (escola D). A direção fez a ata sobre o ocorrido, pediu o comparecimento do Conselho Tutelar à escola e foi realizada a transferência deste aluno para outra escola do município.

Quando o assunto foi sobre os casos de indisciplina terem relação com os reflexos de mudança na sociedade, todos os diretores foram unânimes: todos concordaram que as mudanças na sociedade interferem diretamente na frequência de casos de indisciplina em sala de aula. Que se apresentam conforme a sociedade em que vivem.

Muitos dos gestores (escolas B, C, D e E) concordaram que a falta de comprometimento da família pode ter relação direta com a falta de disciplina na sala de aula. Eles relatam que a escola precisa saber resolver seus problemas, mas se percebe que aqueles alunos em que pais ou responsáveis estão sempre presentes, participam das reuniões, buscam os boletins, participam da vida escolar de seus filhos, esses filhos raramente cometerão atos indisciplinados. Já em compensação os pais ou responsáveis que são omissos, o aluno torna-se um indivíduo mais difícil de lidar, fica mais agressivo quando é contrariado e, de certa forma, faz isso para chamar a atenção, já que não recebe a mesma em casa. É como uma das gestoras cita como se o aluno dissesse *“eu to aqui, eu existo, quem é que tá me vendo. Daqui a pouco eu vou fazer uma coisa mais grave para ver se meu pai ou minha mãe vão se preocupar comigo”*. (Vice-diretora da Escola C). Barbosa (2005) traz este contraste entre família e escola:

Teoricamente, a família teria a responsabilidade pela formação do indivíduo, e a escola, por sua informação. A escola nunca deveria tomar o lugar dos pais na educação, nem a família delegar total responsabilidade de educar para a escola. Na prática isto não se verifica: o que se constata é uma interferência contínua entre os dois, em que cada um culpa e espera do outro a resolução dos conflitos, como é o caso é o estabelecimento da disciplina ou limites. É comum ver professores não saberem mais como lidar com alunos que estão agitando em sala de aula. Paralelamente, os pais argumentam, com a maior naturalidade, que não sabem mais qual procedimento adotar para entender e disciplinar seu filho! (BARBOSA, 2005, p. 08)

Em compensação, quando o assunto foi a prática docente relacionada com a falta de disciplina, as escolas ficaram divididas. Algumas (escolas A, D, E e F) assumiram que isso pode interferir diretamente com a falta de disciplina, ou seja, uma má prática docente, onde o professor “deixa à vontade”, conforme relatos, está mais propícia a desordem. Já as demais (B, C e G) disseram que a prática docente não tem relação com casos de

indisciplina. Porém nenhuma assumiu abertamente que possa ter uma má prática docente. Ou seja, os gestores afirmaram que, até onde têm conhecimento, não há uma má prática docente. Mas todos concordam que, se ela existe, ocorre indisciplina. De acordo com Fortuna (2002 *apud* Celso 2015), os professores que definem a (in)disciplina como lago negativo já se auto incapacitam. Se é pretendido formar indivíduos autônomos, atuantes e que não aceitem tudo de forma apática, sem questionamento, não pode ser confundido com quebrar as regras, isto é, não pode ser considerado indisciplinado aquele cujo atos vão contra a vontade do professor, desde que haja um motivo explicitado.

Percebe-se nas entrevistas com os gestores das escolas pesquisadas que quando o assunto é sobre gestão e indisciplina e o relacionamento entre ambas, a gestão fica com, na maioria das vezes, a parte burocrática, ou seja, encaminha bilhetes, suspensões, comunica os pais. Algumas das escolas pesquisadas fazem uma conversa reflexiva com o aluno que cometeu atos indisciplinados para que o mesmo reveja suas atitudes. Algumas vezes esse tipo de conversa dá certo. Na maioria das vezes é aplicado o que consta no regimento, como advertências, suspensões, etc.

Por fim, quando questionados sobre o que os gestores pensam sobre o tema indisciplina, respondem de imediato que é algo importante. Uma das gestoras entrevistadas deixa algumas interrogações como *“Até quando vai continuar assim? O que a sociedade está fazendo? As pessoas falam que mundo deixaremos para nossos filhos, e que filhos deixaremos para o mundo e para a sociedade se estão sendo criados dessa maneira?”* (Vice-diretora da escola E). Esta mesma gestora comparou a escola com uma engrenagem: se faltar um elo ou uma peça, não tem como funcionar, isto é, enquanto não se resolver o problema da indisciplina, que pode até ser único em determinada escola, não teremos uma educação de qualidade e uma convivência saudável. Os gestores entrevistados falam de falta de limites em casa. O que seria essa falta de limites? BARBOSA (2005, p. 08), define limite como *“sinônimo de disciplina, a qual, por sua vez, implica no estabelecimento de regras que garantem a boa convivência entre os indivíduos”*. E essa falta de limite pode estar associada com o próprio abandono que a criança tem com a sua família, ou por simples falta de interesse dos pais ou pela *“recompensa”* que esses pais querem dar para justificar sua falta em casa por causa do excesso de trabalho. E no psicológico da criança ou do adolescente, a escola deve agir da mesma maneira, dando as mesmas permissões que os pais dão em casa. *“E as concessões vão acontecendo, sem se darem conta quantas vezes, e com que intensidade. Agora um alerta é importante: a concessão pode transformar-se num direito adquirido”*. (ROSSINI, 2002 *apud* BARBOSA, 2005, p. 19).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda a trajetória deste trabalho, seguiu-se as ideias dos seguintes autores conforme cada capítulo. Para os casos de indisciplina mais frequentes, utilizou-se Freitas e Lopes (2011), Aquino (1998) e Foucault (1999). Quando refere-se as normas de convivência das escolas, cita-se Watanabe (1999), Libâneo (1994), Foucault (1977), Manríquez (2014). Conforme a relação professor aluno pode ser desenvolvida dentro de sala de aula, utiliza-se Libâneo (1994), Miranda (2008), Simon (2008), Freire (1996), Santos e Maia (2010) e Vasconcellos (2013). Quando pretende-se relacionar indisciplina com ambiente externo, os seguintes autores trazem em suas obras as definições utilizadas neste trabalho: Berton (2005) e Santos (2011). Vieira, Almeida e Alonso (2003), Libâneo, Oliveira e Toshi (2012), Vasconcellos (2013) e Barbosa (2005) trazem sobre a relação entre gestão escolar e casos de indisciplina. A seguir, falaremos sobre cada capítulo e, de modo geral, a contribuição que todos esses autores trouxeram para o embasamento desse trabalho.

Como se tem percebido ao longo deste trabalho, a indisciplina escolar é um problema da atualidade que está se tornando frequente na rotina de sala de aula. E quando o professor “não sabe mais o que fazer com a situação” a encaminha para a gestão escolar. Esta, por sua vez, procede da maneira que for mais adequada para solucionar o problema ocorrido.

Também se define o que é disciplina, onde se cumpre norma e regra dentro de um sistema que presa a igualdade, isto é, o que serve para um, serve para todos. Já a indisciplina é vista como o que for oposto a este sistema.

Vimos no Capítulo 2 os casos de indisciplina mais frequentes, que geralmente são conversar em sala de aula, não realizar as atividades que o professor solicita, não traz o material adequado, não fica no seu devido lugar, não retorna para a sala de aula no horário adequado, mexe no celular, algo que é expressamente proibido conforme lei Estadual 12.884/2008, entre outras atitudes inadequadas dentro do âmbito escolar. Percebe-se que alguns casos extrapolam a sala de aula, evoluindo para agressão física ou verbal. Tem-se alguns instrumentos de punição como “Livro de Ocorrências” ou as fichas de registros, as quais foram usadas como análise para a fundamentação teórica deste trabalho.

No Capítulo 3 falamos sobre as normas de convivência. Normas de convivências são as regras que regem uma boa convivência no ambiente escolar e, caso não sejam cumpridas, causam conflitos, gerando a indisciplina que tanto perturba a paz da sala de aula. Vimos que estas normas estão bem fundamentadas no regimento escolar de cada escola pesquisada. O que acontece em alguns casos é que não se cumpre o que está

documentado, gerando impunidade em alguns casos, agravando ainda mais a situação daquela sala de aula que já se mostra insatisfatória. Para que não haja esta impunidade, é necessário que alguém se responsabilize em cobrar as regras que são impostas pela escola. E quando o professor não consegue mais fazer esta cobrança, cabe à gestão escolar fazer o que for necessário para que essas regras sejam cumpridas.

O Capítulo 4 traz sobre a relação professor/aluno em sala de aula. O capítulo diz que se não há um bom relacionamento entre professor/aluno, isto pode ser um fator gerador de indisciplina. Este tipo de relação não é construída da noite para o dia, é necessário uma sensibilidade do professor para o aluno, fazendo-o se motivar a aprender ao invés de ter aversão ao professor ou ao conteúdo proposto. Mas, o professor não pode deixar de ter a autoridade (não autoritarismo), de uma forma que o aluno entenda quem ele deve respeitar, até por ser uma questão hierárquica, mas que essa obediência não seja feita de forma tirânica.

Percebe-se no Capítulo 5 que as relações de indisciplina estão diretamente ligadas ao ambiente externo. A cultura está diretamente ligada à indisciplina, pois revela como o indivíduo se comporta em qualquer ambiente que é inserido. O processo cultural pode transformar a indisciplina numa manifestação de resistência ao processo educativo, onde o indivíduo se sente “vítima da sociedade”, ou excluído de alguma maneira, acreditando que uma forma de resolver sua situação é se opondo ao sistema, gerando desta forma indisciplina escolar. Tanto a influência familiar quanto a natureza deste indivíduo pode gerar indisciplina, pelo simples fato do aluno ser deste jeito ou ter sido criado daquela forma.

O último capítulo traz sobre a relação gestão escolar e indisciplina, que é o tema deste trabalho. Observa-se que a gestão escolar não tem um amparo legal, isto é, não tem uma lei específica sobre o que fazer nos casos de indisciplina, ou como deve proceder corretamente. Em alguns casos, a gestão escolar acaba por definir as normas quem devem ser cumpridas, sem dialogar com a equipe docente, parte que é mais interessada nesta parte do regimento e que, de alguma maneira, poderia contribuir com alguma sugestão para tentar resolver certos conflitos. De outro lado, muitos professores também não fazem questão de dar sua contribuição por certo “comodismo” ou por acharem que não cabe a eles construir esta parte formal. Não só escutar os professores, mas escutar os alunos também seria uma maneira de entender e aprender a lidar com os conflitos de indisciplina que ocorrem no âmbito escolar.

Neste momento entra a parte das entrevistas, onde se ouviu os gestores das escolas pesquisadas. Foram feitas perguntas abertas para saber mais a respeito do tema pesquisado e se percebeu uma enorme semelhança naquilo que foi dialogado. A maioria

concordou que o caso mais comum de indisciplina é a falta de respeito. Todos concordaram tanto que a indisciplina é reflexo de mudança na sociedade quanto falar sobre o assunto indisciplina dentro da gestão é importante. Que é necessário levar em conta vários fatores como a ausência da família na criação da criança ou do adolescente, gerando motivo de rebeldia. Outros casos aquele aluno não tem limite (aqui entendido como sinônimo de disciplina) em casa, logo, dificilmente fará o que lhe for imposto na escola.

Percebe-se também que a gestão muitas vezes fica envolvida demais com a parte burocrática, não sobrando muito espaço para discutir a parte pedagógica, onde entram os casos disciplinares.

O plano de ação que poderia ser sugerido para que os gestores escolares que têm dificuldade em lidar com o problema da indisciplina, partindo dos relatos que este trabalho traz, seria: a) sempre registrar em ata ou em outros tipos de registros todos os atos disciplinados que o aluno comete, desde os menos inofensivos até os mais graves, pois pode ser usado como amparo legal caso a situação se agrave, utilizando essa ata ou registro como argumento com as autoridades superiores, como Conselho Tutelar, para encaminhar a situação de uma maneira que haja resolução, como transferência de instituição, por exemplo; b) cumprir rigorosamente com o que for proposto no regimento e, sempre que acreditar ser necessário, atualizá-lo com a presença da equipe docente, pois são os professores que passam a maior parte do tempo com os alunos e podem sugerir o que pode ser feito em cada caso; c) sempre tentar contato com a família para saber a causa da indisciplina e conhecer a realidade a qual este aluno está inserido; d) nunca perder a autoridade e evitar dar “novas chances” aos alunos, pois pode virar um “círculo vicioso” e o mesmo achar que pode fazer o que quer e sempre terá a “nova chance” para se redimir; e) organizar uma formação continuada de professores nessa temática; e, por último, f) construir uma política de prevenção entre professores, alunos, equipe gestora e toda a comunidade escolar para que todos juntos possam resolver o problema da melhor maneira possível e que a indisciplina não se torne tão frequente com o apoio de todos.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Julio Groppa. **A indisciplina e a escola atual**. *Rev. Fac. Educ.*, São Paulo , v. 24, n. 2, p. 181-204, July 1998 .
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 out. 2016.
- BARBOSA, Elizabeth Regina Carneiro. **Família x escola: A questão dos limites à criança na perspectiva de pais e professores**. 2005. 65 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2005.
Disponível em: <http://www.unicap.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=678>.
Acesso em: 06 nov. 2016.
- BERTON, Debora Rogerio. **Cultura escolar e indisciplina: um olhar sobre as relações na instituição escolar**. 2005. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2005.
Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/90060>>. Acesso em: 09 out. 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 out. 2016
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em 06 jun. 2016.
- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.
- CAIADO, Ana Paula Sthel. ROSSETTI, Claudia Broetto. **Jogos de regras e relações cooperativas na escola: uma análise psicogenética**. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)* [online]. 2009, vol.13, n.1, pp.87-95. ISSN 2175-3539. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572009000100010>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- CELSO, Sandra Cristiane. **(In)disciplina escolar – um novo olhar: experiência de formação continuada através da pesquisa-ação**. 2015, 112f. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.
Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3808>>. Acesso em: 06 nov. 2016.
- FAGUNDES, Maria C.B. **Relações de convivência no ambiente escolar e seus reflexos nas ações pedagógicas: um estudo desenvolvido com base na técnica de grupo focal**. 2009. 76f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.
Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/pdfs/politicaspublicas/2009/maria_da_coceicao_barboza_fagundes.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Tradução: Raquel Ramalheite. Petrópolis, Vozes, 1999.
Disponível em: < http://escolanomade.org/wp-content/downloads/foucault_vigiar_punir.pdf>.
Acesso em: 07 jun. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
Disponível em: < <http://www2.uesb.br/pedh/wp-content/uploads/2014/02/Pedagogia-da-Autonomia.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

FREITAS, Vera L. de S. LOPES, Maria I. **A importância da gestão para a disciplina escolar**. Revista de Magistro de Filosofia. Anápolis, Ano VI, n.6, 1º semestre de 2011.
Disponível em: < <http://catolicadeanapolis.edu.br/revmagistro/wp-content/uploads/2013/05/A-IMPORTANCIA-DA-GESTÃO-PARA-A-DISCIPLINA-ESCOLAR.pdf>> Acesso em: 06 jun. 2016.

GERHARDT, Tatiana E. SILVEIRA, Denise T. **Métodos de pesquisa**. UFRGS, 2009.
Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 07 jun 2016.

GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa**. In.: MINAYO, Maria Cecília Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GONÇALVES, Vanessa B. FERREIRA, Eucaris J.R. **A indisciplina dos alunos na perspectiva da gestão escolar: possibilidades de uma análise a partir das relações de poder**. In: Reunião Científica Regional da Anped, 10, 2014. Florianópolis, Anais...Florianópolis, X ANPED Sul, 2014.
Disponível em: < http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/537-0.pdf> . Acesso em: 07 jun. 2016.

GUEDES, Julio Cledson de Oliveira. **Mediação de conflitos e o julgamento moral de ações: qual o tipo de parcerias em escolas?** 2013. 142f. – Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2013.
Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6839>>. Acesso em: 20 out. 2016.

JOVCHELOVITCH S., BAUER M.W. **Entrevista narrativa**. In: Bauer M.W., Gaskell G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2002. p.91-111.

KNÖPKER, Mônica. **Socorro, eu não consigo “dar aulas”!: Discursos sobre disciplina na produção acadêmica contemporânea da área da educação**. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.
Disponível em:
<<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4475/13c.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 set. 2016.

LEDO, Valdir Aguiar. **A indisciplina escolar nas pesquisas acadêmicas**. 2009. 245 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp088092.pdf>> . Acesso em: 12 jul. 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo. Cortez. 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Disponível em: < https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india> . Acesso em: 07 jun 2016.

MARTINS, Katia Teresinha. **O planejamento estratégico participativo agregando qualidade ao ensino público**. 2012. 54 f. Trabalho de Conclusão de Especialização (Especialização em Gestão Municipal UAB) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/71760>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

MIRANDA, Elis Dieniffer Soares. **A influência da relação professor-aluno para o processo de ensino-aprendizagem no contexto da afetividade**. In: 8º Encontro de Iniciação Científica e 8ª Mostra de Pós Graduação, 8, 2008. União da Vitória, Anais... União da Vitória, FAFIUV, 2008.

Disponível em: <<http://interacao.info/diversos/Marcia/2013-1-1-semestre/ARTIGOS-PEDAGOGIA.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.

MOREIRA, Elisângela. **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE INTERVENÇÃO EM CONTEXTOS DE INDISCIPLINA**. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ, Curitiba, 2012.

Disponível em: < <http://localhost:8080/tede/handle/tede/578>> Acesso em: 12 jul. 2016

OLIVEIRA, Maria Cleidia Klein. **Educar para a convivência e para a solidariedade**. In Reunião Científica Regional da Anped, 5, 2004. Curitiba, Anais... Curitiba, V ANPED Sul, 2004.

PROFESSOR no Brasil perde 20% da aula com bagunça na classe, diz estudo.

Disponível em: < <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/professor-no-brasil-perde-20-da-aula-com-bagunca-na-classe-diz-estudo.html>>. Acesso em: 09 out. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. **Dispõe sobre a utilização de aparelhos de telefonia celular nos estabelecimentos de ensino do Estado do Rio Grande do Sul**. Lei estadual nº 12884, de 03 de janeiro de 2008.

Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.884.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2008.

RUDY, Ana C. VOGT, Ana M. C. OLIVEIRA, Maria C. M. **A INDISCIPLINA E A AGRESSIVIDADE NA SALA DE AULA**. *Revista Jurídica Uniandrade*. Curitiba, v 01, n. 20, p. 195-228, 2014.

Disponível em:

<<http://www.uniandrade.br/revistauniandrade/index.php/juridica/article/download/129/111>>. Acesso em: 09 out. 2016.

RUSCHEL, Leani Ines. **FOTOGRAFIAS DO COTIDIANO ESCOLAR - O PREÇO DA DISCIPLINA E' A ETERNA VIGILANCIA**. 1990 147 f. Dissertação (Mestrado em EDUCACAO). UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, 1990.

Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000045465>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SANTOS, Lucélia Gonçalves dos. **OS SIGNIFICADOS DA INDISCIPLINA NA ESCOLA**. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ, Curitiba, 2011.

Disponível em: <<http://localhost:8080/tede/handle/tede/566>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SANDOVAL MANRIQUEZ, Mario. **Coexistence and school enviroment: knowledge management keys**. Última década., Santiago , v. 22, n. 41, p. 153-178, Dec. 2014 .

Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362014000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 out. 2016.

SANTOS, Lucélia G. MAIA, Elisângela M de O. **Indisciplina e formação de professores**.

In: Reunião Científica Regional da Anped, 8, 2010. Londrina,

Anais.... Londrina, VIII ANPED Sul, 2010.

Disponível em:

<http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Formacao_de_Professores/Trabalho/02_28_31_INDISCIPLINA_E_FORMACAO_DE_PROFESSORES.PDF>. Acesso em: 20 out. 2016.

SIMON, Ingrid. **INDISCIPLINA ESCOLAR E AUTORIDADE DOCENTE**. 2008. 109 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ, Curitiba, 2008.

Disponível em: <<http://localhost:8080/tede/handle/tede/457>>. Acesso em: 25 set. 2016.

TEIXEIRA, Angela Cloé Pacheco. **A indisciplina em uma instituição escolar**. 2010. 36 f.

Trabalho de conclusão de Curso (Graduação Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/71882>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

VIEIRA, Alexandre Tomaz; ALMEIDA, Maria Elizabeth & ALONSO, Myrtes (orgs.). **Gestão Educacional e Tecnologias**. Campinas, SP, Avercamp, 2003.

WATANABE, Tsutaka. **Papel do regimento escolar na organização e funcionamento da escola pública**. 1999. 654 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000179097>>. Acesso em: 20 out. 2016.